

BOLETIM

DE CONJUNTURA INDUSTRIAL

JUNHO 2012





BOLETIM

DE CONJUNTURA INDUSTRIAL

JUNHO 2012

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI

Mauro Borges Lemos

Presidente

Maria Luisa Campos Machado Leal

Diretora

Clayton Campanhola

Diretor

Otávio Silva Camargo

Chefe de Gabinete

Rogério Dias de Araújo

Coordenador

Carlos Henrique de Mello Silva

Técnico

Equipe Técnica:

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI

Rogério Dias de Araújo – *Coordenador Inteligência Competitiva*

Carlos Henrique de Mello Silva – *Técnico*

Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - IE/Unicamp

Fernando Sarti – *Diretor*

Núcleo de Economia Industrial e Tecnologia - NEIT/IE-Unicamp

Fernando Sarti – *Coordenador do Projeto ABDI/NEIT/IE-UNICAMP*

Célio Hiratuka – *Coordenador do Projeto ABDI/NEIT/IE-UNICAMP*

Adriana Marques da Cunha – *Coordenação Executiva*

Beatriz Freire Bertasso – *Coordenação de Informações*

Fernanda Ultremare – *Pesquisadora*

Lídia Ruppert – *Pesquisadora*

Marcelo Loural – *Pesquisador*

Marco Antonio Martins da Rocha – *Pesquisador*

Alessandra Celani de Macedo – *Auxiliar de Pesquisa*

Anna Lígia Pozzetti de Abreu – *Auxiliar de pesquisa*

Marina Segura Zavatti – *Auxiliar de Pesquisa*

Jonas Garcia Giglio – *Auxiliar de Pesquisa*

APRESENTAÇÃO

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), entidade vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foi criada em dezembro de 2004 com a missão de promover a execução da Política Industrial do Brasil, em consonância com as políticas de Comércio Exterior e de Ciência e Tecnologia (Lei 11.080/2004). Seu principal foco encontra-se em programas e projetos estabelecidos pela política industrial brasileira. A Agência também é parte integrante do Grupo Executivo do Plano Brasil Maior, tendo como responsabilidade a articulação e a consolidação de seus programas e ações, bem como seu monitoramento.

Com o intuito de acompanhar a evolução da indústria brasileira, a ABDI desenvolve um conjunto de estudos e pesquisas de inteligência industrial que orienta seu trabalho e auxilia o governo brasileiro na definição e desenvolvimento de ações no âmbito da política industrial. Entre eles, o *Boletim de Conjuntura Industrial* que disponibiliza informações e análises sobre a evolução da indústria brasileira, destacando as principais dificuldades enfrentadas e as oportunidades de aceleração de seu desenvolvimento.

O *Boletim de Conjuntura*, com periodicidade trimestral, tem sido desenvolvido em parceria com o Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT) do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Nesta edição do Boletim, destaca-se, na primeira parte, o modesto desempenho da economia brasileira no primeiro trimestre de 2012. Intensificou-se o movimento de desaceleração do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e destacou-se a contração da formação bruta de capital fixo. Observou-se o movimento de redução da taxa de investimento, dificultando a retomada da economia e da indústria brasileira no ano corrente. Manteve-se a expansão do consumo das famílias e do governo, embora em níveis reduzidos, além do crescimento das exportações no período analisado. A indústria

brasileira acabou se destacando positivamente na comparação com o último trimestre de 2011 frente ao reduzido dinamismo dos serviços e à contração da atividade agropecuária. As tendências citadas contribuíram para o menor dinamismo do emprego industrial, acompanhado pela contração da massa salarial das contratações líquidas no primeiro trimestre de 2012.

A segunda parte do *Boletim* destaca a evolução da distribuição regional das exportações brasileiras no período recente. A análise realizada mostra a crescente importância dos países em desenvolvimento como mercado de destino, em especial a China e demais países da Ásia. Ressalta-se também a dificuldade de aumento das exportações brasileiras para os países centrais com base na perspectiva de continuidade da situação de estagnação/recessão nesses países.

DESEMPENHO DA ECONOMIA E DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2012

A economia brasileira apresentou um desempenho decepcionante no primeiro trimestre de 2012. O Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado cresceu apenas 0,2% em relação ao último trimestre de 2011, na série livre de influências sazonais (Tabela 1). Na comparação com o primeiro trimestre de 2011, o aumento foi de 0,8%, confirmando o movimento de desaceleração do crescimento do produto brasileiro observado desde o segundo trimestre de 2010, utilizando como referência os trimestres dos anos anteriores. Nos 12 meses encerrados em março de 2012, o crescimento acumulado atingiu 1,9%, também mostrando desaceleração frente ao modesto aumento do produto brasileiro de 2,7% no ano de 2011.

Pelo lado da oferta, destacou-se positivamente a indústria brasileira, que voltou a apresentar crescimento no primeiro trimestre de 2012 frente ao último trimestre de 2011 (1,7%), realizado o ajuste sazonal, depois de alguns trimestres de preocupante retração. A indústria brasileira manteve-se praticamente estagnada, no entanto, na comparação com o primeiro trimestre de 2011 (0,1%) e no acumulado em 12 meses findos em março de 2012 (0,7%), com contribuição negativa da indústria de transformação, que conseguiu ofuscar o crescimento das demais atividades industriais nos mesmos períodos, como a extrativa mineral e a construção civil. O desempenho um pouco mais promissor da indústria brasileira,

Tabela 1 - Taxa de Variação do PIB por Atividades e por Componentes da Demanda (IV/2011 e I/2012) (em %)

	Taxa trimestral contra trimestre imediatamente anterior(*)		Taxa trimestral contra mesmo trimestre do ano anterior		Taxa acumulada nos últimos quatro trimestres	
	IV/2011	I/2012	IV/2011	I/2012	IV/2011	I/2012
Agropecuária	(0,1)	(7,3)	8,4	(8,5)	3,9	0,8
Indústria	(0,5)	1,7	(0,4)	0,1	1,6	0,7
Extrativa Mineral	-	-	3,8	2,2	3,2	2,9
Transformação	-	-	(3,1)	(2,6)	0,1	(1,1)
Construção Civil	-	-	3,1	3,3	3,6	3,1
Eletricidade, gás e água	-	-	3,0	3,6	3,8	3,5
Serviços	0,4	0,6	1,4	1,6	2,7	2,2
PIB a preço básico	0,2	0,2	1,2	0,6	2,5	1,7
PIB a preços de mercado	0,2	0,2	1,4	0,8	2,7	1,9
Consumo das famílias	1,0	1,0	2,1	2,5	4,1	3,2
Consumo da adm. pública	0,5	1,5	1,3	3,4	1,9	2,3
Formação bruta de capital fixo	(0,6)	(1,8)	2,0	(2,1)	4,7	2,1
Exportação de bens e serviços	1,8	0,2	3,7	6,6	4,5	5,1
Importação de bens e serviços (-)	2,1	1,1	6,4	6,3	9,7	8,2

(*) Com ajuste sazonal.

Nota: Os dados incorporam a revisão da série histórica realizada e divulgada pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados analisados nos boletins de conjuntura industrial anteriores. Dados do 1o trimestre de 2012 são preliminares. Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE.

portanto, restringiu-se à comparação realizada na margem (trimestre contra trimestre imediatamente anterior), considerando que a análise de dados acumulados deixou transparecer um modesto crescimento industrial. Sendo assim, justifica-se a manutenção da preocupação do governo e do empresariado com o desempenho da indústria brasileira, especialmente quanto à sua capacidade de recuperação do dinamismo observado no período que antecedeu a crise financeira internacional. Alguns fatores continuam a afetar de forma negativa a atividade industrial brasileira, como a deterioração do cenário econômico internacional e a intensificação da concorrência de produtos importados, em contexto de capacidade ociosa na produção mundial, de agressividade dos competidores internacionais e de moeda nacional ainda relativamente valorizada. Faz-se necessário, portanto, reforçar o compromisso com a indústria brasileira, considerando seu papel fundamental de incentivo às demais atividades econômicas com relevantes efeitos de encadernamento para o restante da economia brasileira.

Por sua vez, o produto do setor agropecuário apresentou desempenho muito negativo no primeiro trimestre de 2012: encolheu 7,3% sobre o último trimestre de 2011, em série dessazonalizada, e 8,5% sobre o primeiro trimestre de 2011 (Tabela 1). Isto significou a reversão do processo de significativo crescimento da atividade agropecuária nos últimos anos. No acumulado em quatro trimestres terminados em março de 2012, o produto agropecuário aumentou somente 0,8%. Resultados adversos das safras de soja, arroz e fumo, afetadas pela ocorrência de secas nas regiões Sul e Nordeste, contribuíram para o comportamento negativo da atividade agropecuária brasileira.

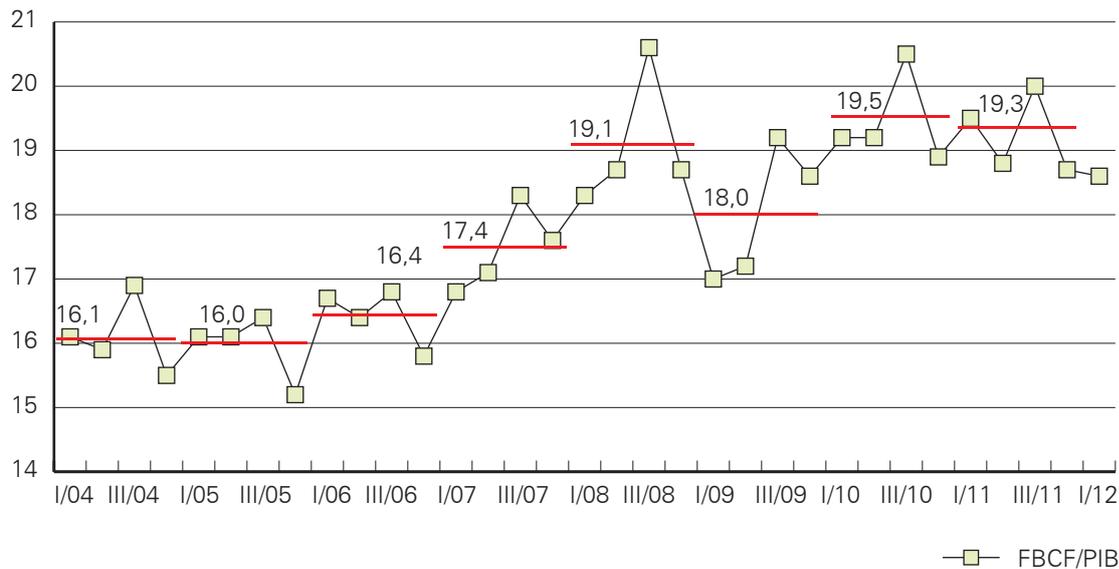
Pelo lado da demanda interna, o consumo das famílias manteve-se como importante base de sustentação do desempenho da economia brasileira, seguindo a tendência observada no período posterior à crise financeira internacional. Na comparação do primeiro trimestre de 2012 com o último trimestre de 2011, descontados os efeitos sazonais, o consumo das famílias e o consumo do governo lideraram o modesto crescimento do produto brasileiro, apresentando variações de 1,0% e 1,5%, respectivamente. Sobre o primeiro trimestre de 2011, ambos conseguiram manter taxas de crescimento positivas de 2,5% e 3,4%, respectivamente. O consumo das famílias completou oito anos e meio de crescimento trimestral consecuti-

vo nesta base de comparação. Por sua vez, o consumo do governo, assumiu uma participação mais expressiva na sustentação da demanda interna no primeiro trimestre de 2012.

A contração dos investimentos destacou-se negativamente, tornando-se uma das características mais preocupantes do primeiro trimestre do ano. A formação bruta de capital fixo sofreu uma queda de 1,8% no primeiro trimestre de 2012 frente ao último trimestre de 2011, com ajuste sazonal, apesar da oferta abundante de crédito público. Este foi o pior desempenho marginal dos investimentos desde as variações negativas observadas no último trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009, imediatamente após a eclosão da crise internacional. A retração dos investimentos foi ainda mais acentuada em relação ao primeiro trimestre de 2011 (-2,1%), somente superada pelas quedas observadas nos primeiros trimestres de 2009 comparados aos mesmos períodos de 2008. Preocupa, portanto, a rápida deterioração da formação bruta de capital fixo. No período de recuperação pós-crise, os investimentos haviam mantido um crescimento bastante superior ao do consumo das famílias. A diferença reduziu-se gradativamente e o desempenho do consumo das famílias acabou superando o do investimento no terceiro e quarto trimestres de 2011 na comparação com os mesmos períodos de 2010. Por fim, a retração da formação bruta de capital fixo destacou-se como uma fonte de significativa preocupação no primeiro trimestre de 2012.

A taxa de investimento brasileira sofreu ligeira contração para 18,7% no primeiro trimestre de 2012, reafirmando o comportamento descendente observado no último trimestre do ano passado (Gráfico 1). A confirmação de uma trajetória declinante da taxa de investimento certamente coloca limites ao desempenho futuro da economia brasileira. Os investimentos têm sido negativamente afetados pela persistência da crise internacional e pela redução da perspectiva de crescimento doméstico. Entretanto, a manutenção da política de redução de juros e o esforço de execução e de ampliação das medidas incluídas no Plano Brasil Maior (MDIC, Plano 2011-2014), em sua segunda versão, podem contribuir para criar um ambiente mais propício ao investimento com decorrente estímulo à recuperação da economia e da indústria brasileira. A aceleração de projetos de investimentos de infraestrutura, sob a coordenação do setor público, também pode ter um

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Investimento
(I/2004 a I/2012) (em %)



Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE.

efeito importante sobre o ritmo de retomada dos investimentos.

As importações, que haviam se destacado frente aos demais componentes da demanda interna no final de 2011, apresentaram um tímido crescimento no primeiro trimestre de 2012 comparado ao último trimestre de 2011 (1,1%), em série livre de efeitos sazonais. Entretanto, as compras externas continuaram sustentando taxas elevadas de crescimento no primeiro trimestre do ano corrente frente a igual período do ano passado (6,3%), superando a elevação dos demais componentes da demanda interna. No acumulado em 12 meses terminados em março de 2012, as importações apresentaram uma elevada taxa de crescimento de 8,2%. Justifica-se, portanto, a preocupação com os efeitos sobre a produção doméstica da intensificação da concorrência internacional e da entrada de produtos estrangeiros no mercado brasileiro.

No início do ano, confirmou-se a dificuldade de recuperação da demanda dos principais países consumidores desenvolvidos, gerando efeitos adversos sobre o comportamento das exportações brasileiras. Houve desaceleração do crescimento das exportações para uma modesta taxa de 0,2% no primeiro trimestre de 2012 em relação ao último trimestre de 2011, descontados os efeitos sazonais (Tabela 1). Sobre o primeiro trimestre do ano passado, o crescimento das exportações mostrou-se mais vigoroso

(6,6%), inclusive voltando a superar, mesmo que de forma modesta, o comportamento das importações no mesmo período. As exportações brasileiras cresceram 5,1% no acumulado em 12 meses terminados em março de 2012, superando o crescimento de 4,5% verificado em 2011, mas muito abaixo do crescimento de 11,5% apresentado em 2010 (*Boletim de Conjuntura Industrial de Março de 2012*).

O comportamento da indústria brasileira no primeiro trimestre de 2012 pode ser detalhado com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF/IBGE). Observou-se contração da produção física da indústria extrativa (-3,3%), da indústria de transformação (-0,3%) e da indústria geral (-0,7%) no primeiro trimestre de 2012 em relação ao quarto trimestre de 2011, em série dessazonalizada (Tabela 2). No caso da indústria de transformação e, conseqüentemente, da indústria geral, houve suavização da contração marginal que havia se intensificado no terceiro e no quarto trimestres de 2011. Contudo, o resultado negativo da produção física da indústria geral superou o da indústria de transformação no primeiro trimestre do ano devido à significativa contração da produção extrativa no mesmo período. No caso específico da indústria extrativa, houve uma preocupante reversão do comportamento positivo apresentado nos trimestres anteriores, que contribuiu para aprofundar o desempenho negativo da produção industrial brasileira.

Tabela 2 - Taxa de Variação da Produção Industrial Brasileira (I/2011 a I/2012) (em %)

Atividades	I 2011	II 2011	III 2011	IV 2011	I 2012
Taxa de variação trimestral em relação ao trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)					
Indústria Geral	0,8	(0,2)	(0,7)	(1,6)	(0,7)
Indústria Extrativa	(1,1)	1,3	0,2	1,6	(3,3)
Indústria de Transformação	1,5	(0,6)	(0,8)	(1,8)	(0,3)
Taxa de variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior					
Indústria Geral	2,8	0,6	0,1	(1,9)	(2,8)
Indústria Extrativa	3,3	2,8	0,2	2,5	(0,2)
Indústria de Transformação	2,7	0,5	0,1	(2,1)	(3,0)
Taxa de variação acumulada nos últimos quatro trimestres					
Indústria Geral	6,9	3,7	2,5	0,4	(1,0)
Indústria Extrativa	9,6	6,8	5,1	2,1	1,3
Indústria de Transformação	6,8	3,5	2,3	0,2	(1,1)

Nota: Os dados incorporam a eventual revisão dos números anteriormente divulgados pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados contidos nos boletins de conjuntura industrial anteriores.

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF)/IBGE.

Na comparação do primeiro trimestre de 2012 com o mesmo trimestre de 2011, houve intensificação da retração da produção física industrial (para -2,8%) associado à superior contração observada na indústria de transformação (para -3,0%) frente ao encolhimento da produção extrativa (-0,2%) no mesmo período (Tabela 2). No acumulado em doze meses terminados em março de 2012, verificou-se também o encolhimento da produção física industrial (-1,0%), liderado pela queda da produção da indústria de transformação (-1,1%), que conseguiu anular o modesto crescimento da produção extrativa (1,3%). Este desempenho negativo no primeiro trimestre de 2012 seguiu o movimento de desaceleração do crescimento da produção física da indústria brasileira que vinha sendo observado desde o último trimestre de 2010, com base na evolução das taxas de variação acumulada em doze meses, calculadas ao final de cada trimestre do ano.

Portanto, apesar da suavização da contração da produção industrial brasileira no primeiro trimestre do ano corrente comparado ao último do ano anterior, com ajuste sazonal, observou-se uma tendência de aprofundamento de sua retração quando a base de comparação se encontra no primeiro trimestre do ano passado ou quando se analisa o comportamento acumulado em doze meses. Isto reforça a ideia de que a indústria brasileira apresentou um melhor desempenho apenas quando restrito à comparação realizada

na margem (trimestre contra trimestre imediatamente anterior), pois a análise de dados acumulados revela uma preocupante deterioração de seu comportamento ao longo dos últimos trimestres.

A comparação dos últimos dados disponíveis referentes ao mês de abril de 2012 com os do mesmo mês de 2011 mostra a contração da produção física da indústria geral (-2,9%) e da indústria de transformação (-3,1%) e o modesto crescimento da indústria extrativa (0,4%) (PIM-PF/IBGE). A indústria geral e de transformação também apresentaram retração em abril de 2012 em relação a março de 2012, realizado o ajuste sazonal (-0,2% e -0,4%, respectivamente). Portanto, observando-se as últimas taxas disponíveis de variação mensal da produção física da indústria brasileira, confirma-se o movimento de contração da produção industrial.

Como apontado no *Boletim de Conjuntura Industrial de Março de 2012*, a indústria brasileira vem encontrando dificuldades para expandir seu nível de atividades desde o início do segundo trimestre de 2010. O documento mostrou que o ritmo de recuperação da atividade industrial brasileira era bastante similar ao do conjunto dos países emergentes a partir de janeiro de 2009, mas que a produção industrial brasileira apresentou claros sinais de estagnação a partir de abril de 2010, distanciando-se do movimento de recuperação dos países emergentes e aproximando-se da estagnação observada nos países avançados.

Esta tendência se confirmou no primeiro trimestre de 2012, para o que contribuiu a incerteza e a lentidão da recuperação das principais economias desenvolvidas e o acirramento da concorrência nos mercados internacionais.

Na análise do desempenho da produção industrial por categorias de uso, destacou-se o comportamento negativo dos bens de capital no primeiro trimestre de 2012 com relação ao último trimestre de 2011, considerando o ajuste sazonal (-9,3%) (Tabela 3). Tal comportamento da produção física dos bens de capital tem refletido a contração da formação bruta de capital fixo e o contexto de valorização cambial. A produção dos bens de capital apresentou queda ainda mais acentuada no primeiro trimestre de 2012 comparado ao mesmo trimestre de 2011 (-11,6%), que foi somente superada pelas contrações observadas nos três primeiros trimestres de 2009, quando os efeitos da crise internacional revelavam-se de forma mais intensa. Este comportamento em muito intensificou o encolhimento apresentado no último trimestre de 2011 comparado a igual período de 2010 (-1,4%), deixando para trás o desempenho positivo e relativamente diferenciado que a produção de bens de capital havia apresentado nos demais trimestres de 2011 na comparação com as demais categorias de uso. Para tal movimento descendente do primeiro trimestre de 2012, contribuíram as expressivas quedas men-

sais observadas em janeiro (-13,1%) e em fevereiro (-16,0%) do ano corrente frente aos mesmos meses do ano passado. Os últimos dados disponíveis de março e de abril de 2012 confirmaram, embora de forma um pouco menos acentuada, a contração da produção de bens de capital na comparação com os mesmos meses de 2011 (-6,2% e -4,1%, respectivamente) (PIM-PF/IBGE).

A produção física de bens de consumo duráveis também apresentou redução no primeiro trimestre de 2012 em relação ao trimestre imediatamente anterior (-1,6%), em série livre de efeitos sazonais (Tabela 3). Esta contração foi menor do que a observada no quarto frente ao terceiro trimestre de 2011 (-3,8%), com ajuste sazonal. Destacou-se, contudo, a expressiva queda da produção de bens duráveis no primeiro trimestre de 2012 em relação ao mesmo período de 2011 (-11,6%), aprofundando o movimento descendente observado desde o segundo trimestre de 2011. Tal encolhimento da produção de bens duráveis deixou transparecer a persistência das dificuldades enfrentadas especialmente pelos produtores de veículos automotivos, que presenciaram aumento de estoques e paradas na produção fabril. Em abril de 2012, confirmou-se a contração da produção dos bens duráveis em relação ao mês de abril de 2011 (-6,1%) (PIM-PF/IBGE). Uma melhora de desempenho da produção de bens de consumo duráveis, de forma mais imediata, pode

Tabela 3 - Taxa de Variação da Produção Industrial por Categorias de Uso
(I/2011 a I/2012) (em %)

Categorias de uso	I 2011	II 2011	III 2011	IV 2011	I 2012
Taxa de variação trimestral em relação ao trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)					
Bens de capital	3,8	(0,9)	0,7	(3,9)	(9,3)
Bens intermediários	0,5	0,3	(1,1)	(0,5)	(1,0)
Bens de consumo duráveis	3,8	(6,5)	(2,1)	(3,8)	(1,6)
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	0,9	(0,9)	0,6	(1,0)	1,6
Taxa de variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior					
Bens de capital	8,6	2,5	4,0	(1,4)	(11,6)
Bens intermediários	1,8	0,5	(0,4)	(0,8)	(1,3)
Bens de consumo duráveis	5,1	(1,0)	(2,2)	(9,5)	(11,6)
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	1,1	(0,2)	0,3	(1,1)	1,3

Nota: Os dados incorporam a eventual revisão dos números anteriormente divulgados pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados contidos nos boletins de conjuntura industrial anteriores.

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF)/IBGE.

advir do reforço de medidas tributárias e creditícias direcionadas pelo governo brasileiro a alguns setores duráveis, como eletrodomésticos de linha branca. No entanto, espera-se um estímulo de mais longo prazo a partir da adoção do novo regime automotivo brasileiro no próximo ano.

Em contexto de incerteza quanto aos rumos da economia mundial, persistem dificuldades de sustentação da demanda externa por insumos básicos e produtos primários e de recuperação da atividade econômica interna, afetando o desempenho da produção brasileira de bens intermediários. No primeiro trimestre de 2012 comparado ao último trimestre de 2011, houve contração da produção de bens intermediários (-1,0%), em série livre de flutuações sazonais, emulando o movimento marginal descendente observado para a produção física dos bens de capital e dos bens duráveis, embora de forma menos acentuada (Tabela 3). Além disso, intensificou-se o encolhimento da produção física de bens intermediários no primeiro trimestre de 2012 frente ao mesmo período de 2011 (para -1,3%). O desempenho negativo da produção de bens intermediários também pode ser confirmado pelas variações mensais de março e de abril de 2012 em relação aos mesmos meses de 2011 (ambas -2,0%), como havia ocorrido no período de outubro de 2011 a janeiro de 2012 comparados a iguais períodos dos anos anteriores (PIM-PF/IBGE).

Dentre as categorias de uso analisadas, os bens de consumo semiduráveis e não duráveis, mais dependentes do comportamento da renda corrente interna, constituíram-se em único destaque positivo na produção física industrial do primeiro trimestre de 2012. A produção dos bens citados conseguiu apresentar crescimento, embora modesto, no primeiro trimestre do ano corrente comparado tanto ao último trimestre do ano passado (1,6%), considerando o ajuste sazonal, quanto ao primeiro trimestre do mesmo ano (1,3%), revertendo, em ambos os casos, seu comportamento descendente apresentado no final de 2011 (Tabela 3). Isto diferenciou o desempenho positivo da produção dos bens semiduráveis e não duráveis daquele comportamento negativo alcançado pelas demais categorias de uso no primeiro trimestre de 2012. Cabe destacar que alguns setores considerados nessa categoria de uso têm sofrido mais diretamente os efeitos da concorrência de produtos importados. Contudo, medidas adotadas recentemente pelo

governo brasileiro podem contribuir para um desempenho mais virtuoso da produção dos bens semiduráveis e não duráveis em futuro próximo, como a ampliação do alcance da desoneração tributária sobre a folha de pagamentos e a postergação do recolhimento de impostos para alguns setores incluídos nessa categoria de uso, como o setor têxtil e de calçados.

Portanto, a análise da produção física por categorias de uso destacou o encolhimento da produção física dos bens de capital, dos bens de consumo duráveis e dos bens intermediários, em contexto doméstico de contração da formação bruta de capital fixo, apesar da manutenção do crescimento, mesmo que em níveis reduzidos, do gasto das famílias e do consumo do governo. Isto acentua, indubitavelmente, a preocupação com as dificuldades enfrentadas pela recuperação dos investimentos e da atividade econômica brasileira no cenário de incerteza quanto ao futuro dos principais centros produtores e consumidores mundiais e de acirramento da concorrência internacional, que geram, dentre outros efeitos, uma crescente disputa entre produtos importados e nacionais pelo mercado doméstico, afetando de maneira importante o comportamento da produção local. Procurando superar as dificuldades citadas, caminham os esforços do governo no sentido de aumentar e diversificar os incentivos tributários e creditícios ao investimento e à produção industrial brasileira.

A maioria dos setores industriais incluídos na Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF) do IBGE (17 dos 27 setores) apresentou retração ou estagnação de produção física no primeiro trimestre de 2012 comparado ao mesmo período de 2011. Somente três (3) setores desse grupo lograram amenizar a contração de sua produção física, embora sustentando desempenho negativo no primeiro trimestre do ano corrente. Os veículos automotores apresentaram o pior desempenho no período analisado (-20,3%), enfrentando um ambiente mais restritivo às liberações de crédito para automóveis e o aumento dos estoques para níveis críticos, o que acarretou, inclusive, algumas interrupções da produção por parte das montadoras. Os demais destaques negativos em termos de encolhimento da produção física foram: vestuários e acessórios (-14,1%); máquinas para escritório e equipamentos de informática (-13,5%); material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (-13,1%); má-

quinas, aparelhos e materiais elétricos (-12,0%). O setor de máquinas e equipamentos, outrora importante líder da expansão da atividade econômica pós-crise, apresentou uma ligeira redução de sua produção física (-0,8%) no período analisado (PIM-PF/IBGE).

Houve crescimento da produção física no primeiro trimestre do ano para os demais setores industriais incluídos na pesquisa do IBGE (10 dos 27 setores). Contudo, quatro (4) setores desse grupo alcançaram taxas de crescimento muito pequenas (de 1,5% a 3%): celulose, papel e produtos de papel (1,5%); alimentos (1,6%); móveis (2,4%) e minerais não metálicos (2,6%). Outros cinco (5) setores atingiram taxas de crescimento relativamente maiores, mais ainda assim modestas (entre 3,0% a 6,5%). Repetindo comportamento prévio, destacou-se um único setor industrial com significativo crescimento de sua produção física no primeiro trimestre de 2012 comparado a igual período de 2011: equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros (14,7%) (PIM-PF/IBGE).

Os resultados do primeiro trimestre de 2012 em termos de geração de empregos formais na indústria brasileira refletem os movimentos apresentados pela economia como um todo e, principalmente, pela evolução da atividade industrial. De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE)¹, houve uma geração líquida de 53.742 postos de

trabalho entre janeiro e março de 2012. Comparando-se o mesmo período nos últimos anos, percebe-se uma redução líquida de postos de trabalho localizada em 2009, no auge da crise (Tabela 4). Nos três primeiros meses de 2010 e de 2011, houve criação de mais de 100 mil postos de trabalho na indústria brasileira, chegando muito próximo dos 200 mil em 2010 e já apresentando uma desaceleração em 2011. Em termos relativos, foram gerados 36% menos empregos industriais entre janeiro e março de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior. No primeiro trimestre de 2012 em relação a igual período de 2011, houve uma redução de 58% no ritmo de criação de vagas, ou seja, uma desaceleração substancialmente maior do que a observada em 2011.

No que se refere à massa salarial líquida dos trabalhadores da indústria (massa salarial dos admitidos menos a dos desligados), nota-se perda no primeiro trimestre de 2012, o que não ocorria desde o primeiro trimestre de 2009 (Tabela 4). Assim como observado na geração de empregos formais, houve também uma desaceleração do aumento da massa salarial da indústria brasileira entre 2010 e 2011 (considerando-se os três primeiros meses de cada ano). Entretanto, ao contrário do comportamento dos empregos formais, houve contração da massa salarial no período de janeiro a março de 2012. Tal fato reflete a lógica de se demitir trabalhadores com salários maiores e contratar primordialmente empregados com menores remunerações como estratégia de redução de custos. Por esse motivo, as trajetórias de redução revelam-se muito mais bruscas nas massas salariais do que no nível de emprego.

¹ O CAGED/MTE apresenta os resultados de todas as empresas que realizaram contratação/desligamento de empregados formais no período pesquisado, tendo, então, cobertura censitária.

Tabela 4 - Criação de Vagas e Massa Salarial das Contratações Líquidas na Indústria Brasileira (I/2009 a I/2012)

Ano	Criação de Vagas					Massa de Salários de Contratações Líquidas (em R\$ mil de dez/10*)				
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
2009	(146.761)	2.578	203.323	(52.009)	7.131	(308.501)	(153.828)	37.893	(105.773)	(530.209)
2010	199.187	186.139	203.873	(111.408)	477.791	104.290	76.794	92.038	(147.372)	125.750
2011	127.798	117.211	128.704	(188.217)	185.496	46.400	41.794	26.054	(228.229)	(113.981)
2012	53.742	-	-	-	-	(28.420)	-	-	-	-

*Dados deflacionados pelo IPCA (IBGE).

Fonte: CAGED/MTE.

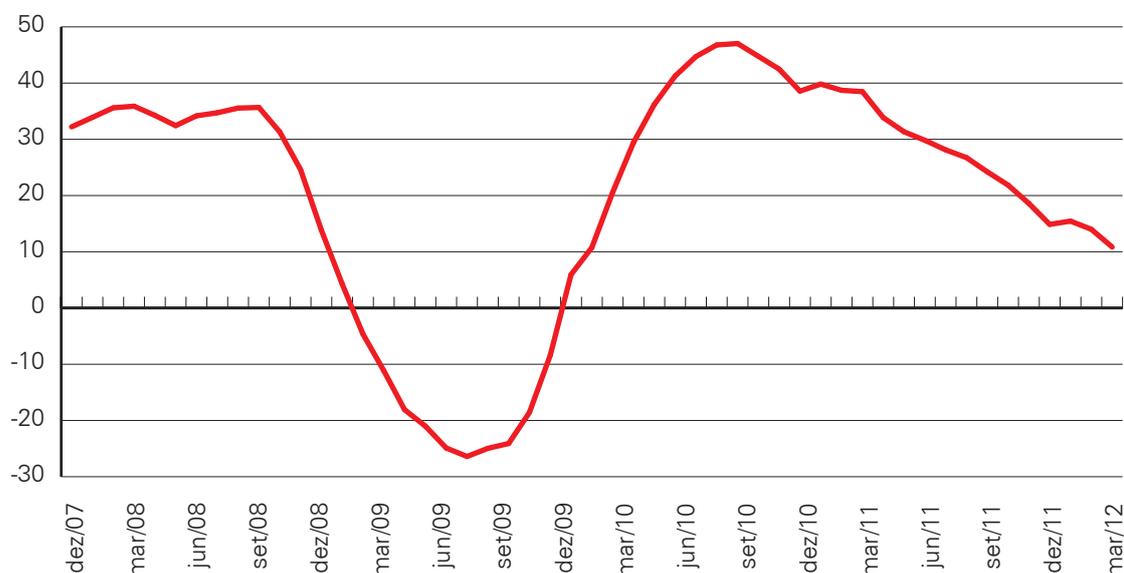
O movimento de desaceleração da geração de empregos fica ainda mais claro ao se analisar o comportamento da média móvel (em doze meses) das contratações líquidas (Gráfico 2). Percebe-se a queda brusca da média móvel no final de 2008 até o final do primeiro semestre de 2009, período marcado pelo auge dos impactos da crise internacional no Brasil, seguido por uma recuperação até agosto de 2010. A partir de então, observa-se uma tendência de queda da média móvel das contratações líquidas em um movimento mais suave do que o ocorrido no período após a eclosão da crise. Em março de 2012, a média móvel dos últimos 12 meses atingiu o nível de nove mil vagas.

Considerando a composição setorial da criação de emprego formal na indústria brasileira, pode-se afirmar que praticamente todos os setores da indústria de transformação (na indústria extrativa tal fato não é tão marcante) perderam capacidade de geração de empregos no primeiro trimestre ao longo do período analisado (2010-2012) (Tabela 5).

Deve-se destacar o comportamento de alguns setores de grande importância para o volume de pessoal ocupado. Chama atenção, em um primeiro momento, o desempenho do setor de fabricação de produtos alimentícios, que registrou perda de mais de 20 mil postos de trabalho no início de 2012, quatro vezes mais do que o ob-

servado em 2010 (em 2011, houve uma pequena variação positiva). Tanto o setor têxtil quanto o de vestuário, apesar de apresentarem resultados positivos na criação de vagas, mostraram clara desaceleração. Entre janeiro e março de 2010, houve geração de oito mil postos de trabalho na fabricação de produtos têxteis e de 17 mil na confecção de artigos de vestuário e acessórios, enquanto foram criadas um pouco mais de três mil vagas em cada um dos setores citados em igual período de 2012. No setor de couro e calçados, observa-se tendência semelhante, com a geração de quase 30 mil vagas em 2010, caindo para 18 mil em 2011 e 17 mil em 2012. Dentre os setores mais intensivos em capital, destaca-se a queda de 21 mil para seis mil postos de trabalho criados no setor de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, de quase 11 mil para menos de cinco mil em fabricação de máquinas e equipamentos e de quase 17 mil para um pouco mais de 200 postos de trabalho gerados na indústria automobilística. Não se observa, na indústria de transformação, setor que tenha aumentado sua capacidade de geração de empregos formais no primeiro trimestre de cada ano do período considerado, apenas alguns que demonstraram certa estabilidade, como o caso dos derivados de petróleo e biocombustível, altamente intensivos em recursos naturais.

Gráfico 2 - Média Móvel⁽¹⁾ da Contratação Líquida da Indústria Brasileira
(dez/2007 a mar/2012) (em milhares de vagas)



(1) Média móvel em 12 meses. Fonte: CAGED/MTE.

Tabela 5 - Criação de Vagas de Emprego por Setor Industrial no Primeiro Trimestre (2010 a 2012)

Setor Industrial	2010	2011	2012
Extração de Carvão Mineral	38	(32)	107
Extração de Petróleo e Gás Natural	(240)	253	331
Extração de Minerais Metálicos	2.767	3.561	2.935
Extração de Minerais Não-Metálicos	1.528	1.320	854
Atividades de Apoio à Extração de Minerais	567	609	754
Fabricação de Produtos Alimentícios	(5.836)	610	(20.913)
Fabricação de Bebidas	(1.811)	(1.081)	(2.287)
Fabricação de Produtos do Fumo	13.137	12.160	9.935
Fabricação de Produtos Têxteis	8.389	2.490	3.310
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	17.019	7.746	3.281
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro e Calçados	29.037	18.709	17.137
Fabricação de Produtos de Madeira	2.592	(1.243)	(1.155)
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	2.104	780	(498)
Impressão e Reprodução de Gravações	1.189	385	(78)
Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	6.049	5.038	5.802
Fabricação de Produtos Químicos	4.007	955	1.213
Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos	2.717	1.951	1.376
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	13.511	5.054	2.748
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	8.212	6.239	2.548
Metalurgia	9.808	5.780	1.069
Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	21.574	9.332	6.127
Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos	7.549	4.171	(980)
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	7.637	5.453	3.100
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	10.931	10.848	4.824
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	16.930	11.876	219
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte, Exceto Veículos Automotores	1.419	2.509	1.563
Fabricação de Móveis	6.851	3.534	4.038
Fabricação de Produtos Diversos	3.976	1.899	2.074
Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos	7.536	6.892	4.308

Fonte: CAGED/MTE.

Os dados do CAGED apontam, portanto, para uma forte perda de capacidade de geração de empregos por parte da indústria brasileira, processo que já se observou em 2011 e que vem se intensificando neste início de 2012, marcando praticamente todos os setores da indústria de transformação. Esse movimento vem se mostrando duradouro e de difícil reversão sem a ajuda de políticas públicas adequadas.

No que se refere ao comércio exterior, constatou-se uma gradativa contração do saldo comercial brasileiro de US\$ 10,1 bilhões no terceiro trimestre de 2011, para US\$ 6,7 bilhões no quarto trimestre de 2011 e US\$ 2,4 bilhões no primeiro trimestre de 2012. Este último saldo foi, inclusive, inferior ao superávit comercial atingido no primeiro trimestre de 2011 (FUNCEX). A contração do superávit comercial no primeiro trimestre de 2012

com relação a igual período de 2011 decorreu da inferioridade da expansão das exportações (7,5%) frente ao crescimento mais expressivo das importações (9,5%) no mesmo período (Gráfico 3).

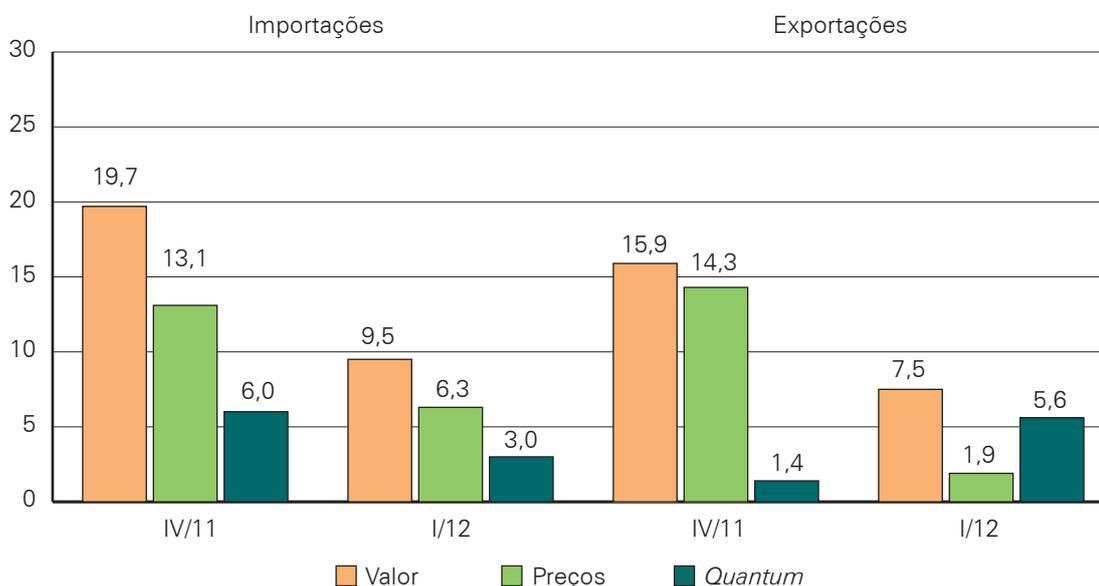
A expansão dos valores exportados (7,5%) foi alavancada pelo aumento do *quantum* exportado (5,6%) com menor participação dos preços dos produtos exportados (1,9%) no primeiro trimestre de 2012 comparado ao mesmo trimestre de 2011. As taxas observadas no quarto trimestre de 2011 com relação ao mesmo período de 2010 mostraram um comportamento bastante diferente, considerando a então superioridade do aumento dos preços de exportação (14,3%) com relação à expansão do *quantum* exportado (1,4%), levando a uma significativa elevação dos valores exportados (15,9%) (Gráfico 3).

Houve generalização da expansão das exportações por todas as categorias de uso no primeiro trimestre de 2012, com destaque para os combustíveis (33,1%) e bens de capital (26,3%). No caso dos combustíveis, os aumentos de preços foram os principais responsáveis pela variação dos valores exportados no período analisado (17,1%), com menor peso, mas não desprezível, do *quantum* exportado (14,7%), o que se diferencia de seu comportamento no último trimestre de 2011, quando os preços de exportação responderam pela totalidade do incremento dos va-

lores exportados, considerando o encolhimento das quantidades exportadas no período (FUNCEX). No caso dos bens de capital, o volume exportado (18,9%) liderou o incremento dos valores exportados no primeiro trimestre de 2012, considerando a menor participação dos preços de exportação (6,5%). Tal comportamento também se diferenciou do observado no último trimestre de 2011, quando houve contração do volume exportado de bens de capital (-2,1%), mais do que compensado pela elevação dos preços de exportação (11,0%), levando a um crescimento, embora mais modesto, dos valores exportados (8,6%).

Por sua vez, o incremento dos valores importados (9,5%) foi incentivado pela elevação dos preços (6,3%) com reduzida participação do *quantum* importado (3,0%) no primeiro trimestre de 2012 com relação ao mesmo período de 2011. No caso das importações, houve queda em ambos os índices de preço e de *quantum* em relação às taxas observadas no quarto trimestre de 2011, diferenciando-se do comportamento das exportações, que apresentou aumento do índice de quantidade exportada (Gráfico 3). Detalhando as importações por categorias de uso, pode-se afirmar que a elevação dos valores importados foi liderada não somente pelos combustíveis (27,2%), com contribuição importante do incremento de seus preços de importação (17,2%),

Gráfico 3 - Taxa de Variação Trimestral das Exportações e das Importações Brasileiras: valor, preço e *quantum* (em relação ao mesmo trimestre do ano anterior) (em %)



Fonte: FUNCEX a partir de dados da SECEX.

mas também pelos bens de consumo não duráveis (22,5%), em decorrência da preocupante elevação das quantidades importadas (18,1%) no primeiro trimestre de 2012 frente a igual período de 2011 (FUNCEX). Cabe destacar a positiva perda de ímpeto da importação de bens de consumo duráveis no primeiro trimestre do ano corrente (crescendo apenas 5,3%), que se deveu exclusivamente ao aumento dos preços de importação (10,8%), considerando o encolhimento do *quantum* importado (-5,2%) no período analisado. Isto significou uma reversão do comportamento observado no último trimestre do ano passado, quando os bens duráveis acompanharam os combustíveis na liderança das importações.

Mantém-se, portanto, a preocupação com a continuidade do processo de substituição de produção doméstica por importações, recentemente lideradas pelo significativo incremento das quantidades importadas de bens de consumo não duráveis, apesar do comportamento positivo de sua produção física no primeiro trimestre de 2012 comparado ao mesmo período de 2011. Este desempenho das importações e da produção doméstica dos bens de consumo não duráveis revela o incentivo que a demanda interna pode fornecer à produção estrangeira, mas também à nacional, desde que sejam amenizadas as dificuldades enfrentadas pela produção doméstica frente ao acirramento da concorrência internacional em ambiente de apreciação cambial.

Mantém-se a expectativa de sustentação do dinamismo das importações brasileiras conquan-

to em cenário de menor crescimento da demanda interna, tendo em vista a atitude agressiva de produtores estrangeiros nas transações comerciais internacionais, em contexto de incerteza quanto à capacidade de recuperação da expansão econômica dos países desenvolvidos.

As informações analisadas anteriormente mostram a rápida deterioração das expectativas observadas nos últimos meses, em grande medida decorrente da manutenção de um cenário internacional sem sinal claro de recuperação, o que se refletiu na preocupante contração dos investimentos internos. Apesar do cenário internacional adverso e da retração conjuntural, as condições estruturais para o crescimento da demanda interna brasileira, seja de consumo, seja de investimento, continuam favoráveis relativamente ao resto do mundo. Espera-se o reforço de ações para desonerar os investimentos, o que, acompanhado pela redução dos juros e pela adequação do câmbio, pode contribuir para o aumento da produção industrial e da economia como um todo a partir do final do ano corrente.

ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR REGIÕES DE DESTINO NO PERÍODO 2007-2011

Esta seção do *Boletim* procura avaliar de maneira breve as mudanças observadas no padrão das exportações brasileiras nos últimos cinco anos, em termos das principais regiões de destino. Cabe lembrar que tal período foi marcado por fortes turbulências no cenário econômico mundial, que devem continuar afetando a economia global nos próximos anos.

As taxas de crescimento das exportações brasileiras foram bastante aceleradas no período 2007-2011: cerca de 60% entre as pontas do período e quase 10% na média anual. No entanto, vale destacar que o impacto da crise internacional foi bastante forte, resultando em uma redução acentuada das exportações (-22,8%) em 2009. A recuperação também foi rápida e o crescimento das exportações foi de 32% em 2010 e de 27% em 2011. O valor recorde de US\$ 256 bilhões, atingido pelas exportações brasileiras em 2011, correspondeu a quase duas vezes o valor exportado em 2006. Em relação a 2008, porém, o valor de 2011 foi 29% superior.

Apesar da retomada rápida no período posterior à crise, é importante destacar algumas mudanças importantes observadas na composição da pauta, em termos tanto de destino das exportações quanto de categorias de produtos exportados. A análise destas alterações pode fornecer elementos relevantes para vislumbrar as perspectivas futuras das exportações brasileiras, primordialmente em um contexto mundial marcado pela dificuldade de recuperação econômica dos países desenvolvidos, em especial da União Europeia. Por outro lado, também crescem as incertezas quanto às possibilidades de sustentação do crescimento mais acelerado dos países em desenvolvimento.

Considerando, em primeiro lugar, as regiões de destino², observa-se que NAFTA e União Eu-

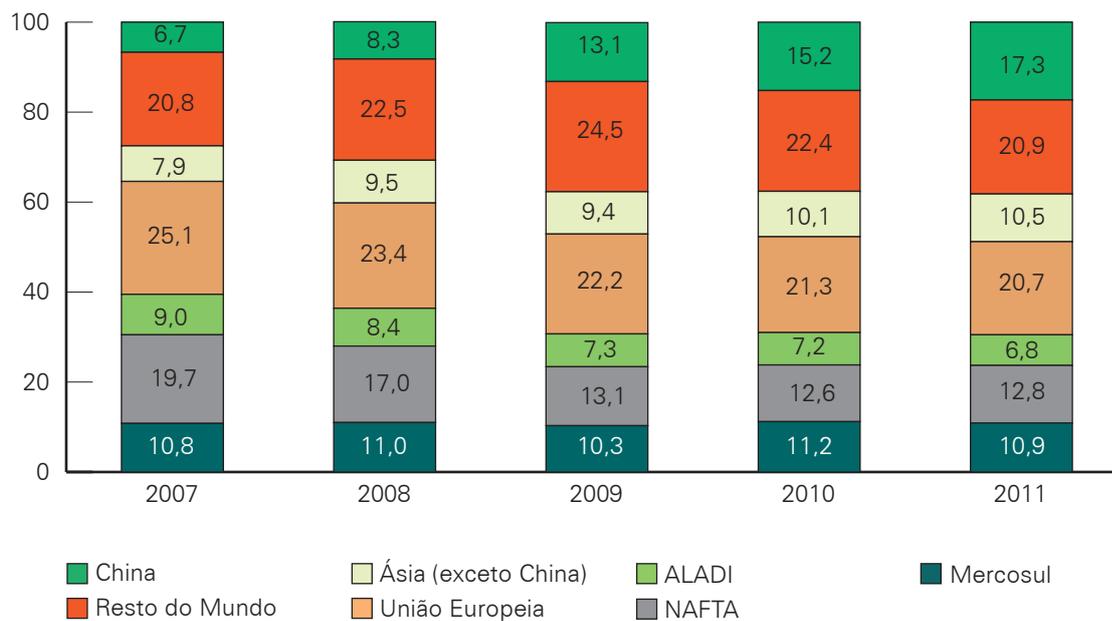
ropeia representavam 44,8% das exportações brasileiras em 2007 (Gráfico 1). A participação dessas duas regiões caiu acentuadamente ao longo do período analisado, atingindo o patamar de 33,5% das exportações em 2011. No caso do NAFTA, houve redução considerável de sua participação nas exportações brasileiras no ano de 2009, quando a crise internacional foi mais aguda. O fato dos Estados Unidos constituírem o epicentro da crise internacional fez com que a queda nas exportações brasileiras para o NAFTA fosse a maior dentre todas as regiões (-40,5%) nesse ano (Tabela 1). Nos anos posteriores, essa região não conseguiu readquirir sua participação e, apesar da recuperação observada nos valores absolutos, o total atingido em 2011 ainda foi inferior ao de 2008. A participação das exportações brasileiras para os países da região caiu de 19,7% em 2007 para 12,8% em 2011. Houve contração das exportações brasileiras para o NAFTA no período entre 2008 e 2011, quando os efeitos da crise sobre o comércio internacional foram mais negativos. No caso da União Europeia (UE), a queda na participação relativa foi progressiva ao longo do período, passando de 25,1% em 2007 para 20,7% em 2011. As exportações brasileiras para a UE foram apenas 14% superiores em 2011 na comparação com 2008.

Outra região que apresentou queda de participação relativa nas exportações brasileiras no período analisado foi a ALADI, revertendo a tendência ascendente observada desde o início dos 2000. Também foi a única região em desenvolvimento considerada que sofreu redução sistemática de participação relativa. O valor registrado nas exportações brasileiras para essa região em 2011 foi apenas 4,3% superior ao verificado em 2008.

Ásia, exclusive China, compreende os seguintes países: Japão, Coreia do Sul, Singapura, Hong Kong, Taiwan, Malásia, Tailândia, Indonésia e Filipinas. A União Europeia corresponde aos 27 países que compõem o bloco.

2 Na definição das regiões, a ALADI exclui os países do Mercosul e o México, que foi incluído no NAFTA. A Região

Gráfico 1 - Participação de Regiões Seleccionadas no Total das Exportações Brasileiras (2007-2011) (em %)



Fonte: SECEX/MDIC.

Em contrapartida à redução da participação do NAFTA, da União Europeia e da ALADI, nota-se um aumento considerável na participação relativa da China. A China correspondia a 6,7% das exportações brasileiras em 2007, passando a 17,3% em 2011 (Gráfico 1). Esse resultado reflete o crescimento das exportações para a China, bastante superior ao das demais regiões (Tabela 1). Vale observar também que as exportações brasileiras para a China, em contraste com todas as demais regiões analisadas, apresentaram um crescimento significativo em 2009. O valor exportado para a China em 2011 foi 170% superior ao registrado em 2008.

Os demais países da Ásia também apresentaram um ganho importante de participação, passando de 7,9% em 2007 para 10,6% em 2011 (Gráfico 1). Cabe destacar que o aumento das exportações brasileiras para a China tem exercido impactos significativos sobre o crescimento de toda a região asiática, que, por sua vez, tem mantido a expansão das importações dos demais países, inclusive do Brasil. Somando a China com o restante dos países asiáticos, a região representou cerca de 30% das exportações brasileiras em 2011.

O amplo conjunto de países reunidos sob a rubrica Resto do Mundo assume uma fatia impor-

Tabela 1 – Taxa de Variação das Exportações Brasileiras por Região (2008-2011) (em %)

	2008	2009	2010	2011	2011/2008
Mercosul	25,4	(27,3)	42,8	23,2	28,0
NAFTA	6,1	(40,5)	26,8	29,8	(2,1)
ALADI	14,5	(33,0)	30,2	19,5	4,3
União Europeia	15,0	(26,7)	26,7	22,7	14,0
Ásia (exceto China)	48,9	(23,3)	41,9	32,7	44,4
Resto do Mundo	33,7	(15,9)	20,3	18,8	20,2
China	52,7	22,5	53,1	43,9	170,0
Total	23,4	(22,8)	32,0	26,8	29,2

Fonte: SECEX/MDIC.

tante nas exportações brasileiras. Houve crescimento da participação das vendas externas brasileiras para esse grupo até 2009 (Gráfico 1). Posteriormente, taxas de crescimento das exportações brasileiras para tal grupo mantidas abaixo da média levaram à redução de sua participação (Tabela 1). Grande parte deste grupo é composta por países da África e do Oriente Médio, para os quais as exportações de petróleo têm um peso bastante grande sobre a capacidade de importação. Em 2011, a participação desses países atingiu aproximadamente 21% do total exportado pelo Brasil.

Finalmente, vale a pena destacar a estabilidade observada no Mercosul. A participação da região sofreu poucas alterações ao longo do período, mantendo-se por volta de 11% (Gráfico 1). Em 2011, o valor atingido pelas exportações foi 28% superior ao registrado em 2008.

Considerando as alterações em termos da composição dos produtos com base na classificação *Commodities Trade Pattern* (CTP), observa-se claramente um aumento da participação relativa dos produtos primários dentro da pauta de exportação brasileira (de 30,7% em 2007 para 45,6% em 2011), em detrimento de todas as demais categorias de produtos (Gráfico 2). Vale destacar, porém, a queda observada nos produtos intensivos em escala, que tinham participação de 19,4% em 2007 e atingiram 13,9% em 2011.

É importante salientar que existe uma asso-

ciação direta entre as alterações observadas na participação relativa das regiões e das categorias de produtos. Essa associação pode ser mais bem observada na tabela que apresenta a contribuição de cada categoria de produto em cada região para o crescimento total das exportações brasileiras entre 2008 e 2011, isto é, entre o ano de início da crise internacional e o último ano disponível (Tabela 2).

Em primeiro lugar, chama atenção o fato de que somente as exportações de produtos primários para a China responderam por 42,2% de todo o crescimento das exportações brasileiras no período. Considerando as demais regiões (principalmente Ásia e Resto do Mundo), os produtos primários chegaram a 82,6% de contribuição à variação das exportações brasileiras no período. Os produtos intensivos em recursos naturais atingiram 20,5% de contribuição, com grande peso do Resto do Mundo (8,4%), mas também com contribuição relevante da China e do Restante da Ásia.

Nas demais categorias de produtos, a contribuição ao crescimento total foi bastante reduzida, e mesmo negativa, como no caso dos produtos intensivos em escala e intensivos em P&D (-3,5% e -3,4%, respectivamente). Em especial nos produtos intensivos em escala, a contribuição só não foi mais negativa por conta do resultado observado no Mercosul. Deve-se destacar, ademais, que o Mercosul foi a única região para a qual parte

Gráfico 2 - Participação das Categorias de Produtos no Total das Exportações Brasileiras (2007-2011) (em %)

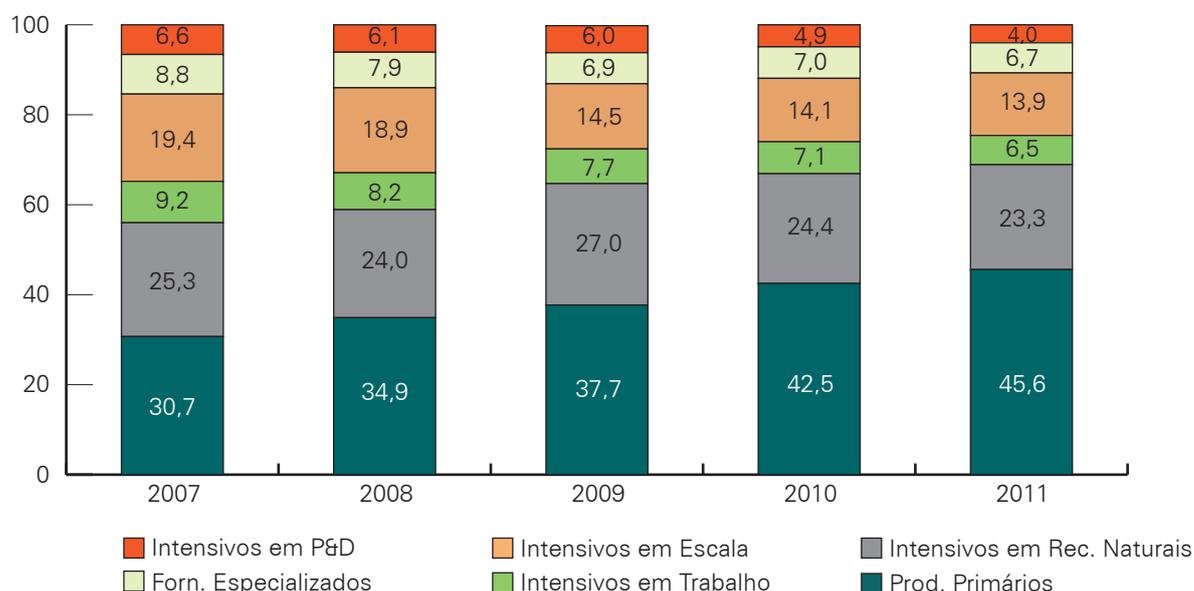


Tabela 2 – Contribuição ao Crescimento das Exportações Brasileiras por Região e Categoria de Produto (2008-2011) (em %)

	Produtos Primários	Intensivos em recursos naturais	Intensivos em trabalho	Intensivos em escala	Fornecedores especializados	Intensivos em P&D	Total
Mercosul	1,9	1,4	0,8	4,5	1,5	0,4	10,5
NAFTA	5,7	(0,3)	(1,1)	(2,6)	0,1	(3,0)	(1,2)
ALADI	1,6	1,0	0,5	(0,6)	0,0	(1,3)	1,2
União Europeia	8,8	1,6	(0,1)	(1,3)	1,2	1,1	11,2
Ásia (exceto China)	10,9	4,2	0,1	(0,8)	0,2	(0,1)	14,4
Resto do Mundo	11,6	8,4	0,2	(3,1)	(0,5)	(1,0)	15,6
China	42,2	4,4	0,6	0,3	0,0	0,7	48,2
Total	82,6	20,8	1,0	(3,5)	2,5	(3,4)	100,0

Fonte: SECEX/MDIC.

relevante da contribuição ao crescimento esteve associada aos produtos manufaturados com maior grau de complexidade tecnológica. A ALADI, tradicional destino das exportações brasileiras destes produtos, apresentou contribuição nula ou negativa no período, o que certamente refletiu o acirramento da concorrência externa e a dificuldade brasileira de enfrentamento das exportações de produtos manufaturados dos países asiáticos.

Observa-se, assim, que as regiões desenvolvidas vêm apresentando reduzida contribuição ao crescimento das exportações brasileiras no período pós-crise. Essa situação deve perdurar ainda por um longo período, o que significa a maior dependência do crescimento das exportações brasileiras com relação ao desempenho dos países em desenvolvimento.

Entretanto, o crescimento das exportações brasileiras para os países em desenvolvimento esteve concentrado em produtos primários e produtos intensivos em recursos naturais, com destaque para a importância direta e indireta da China. Dessa maneira, a continuidade do crescimento chinês, ou a desaceleração de seu crescimento econômico para patamares não muito reduzidos, torna-se elemento fundamental para a manutenção de um desempenho positivo das exportações brasileiras.

Outro fator de preocupação diz respeito à dificuldade de expansão das exportações de produtos com maior grau de elaboração para os mercados da região latino-americana, em especial para países da ALADI, onde tradicionalmente o Brasil manteve uma pauta de exportação mais

sofisticada. A contribuição da região para o crescimento de manufaturados foi bastante reduzida, o que leva à necessidade de aumentar esforços de desenvolvimento de vínculos com a região. O desempenho observado junto ao Mercosul mostra justamente a relevância da integração regional para mitigar parte da tendência de perda de participação relativa de produtos manufaturados na pauta de exportações brasileiras.

Tal fato reveste-se de maior importância ao se considerar que, num contexto de crise nos países desenvolvidos, China e vários competidores internacionais estão procurando novos mercados para suas exportações de bens mais elaborados. Países em desenvolvimento da América Latina tornam-se um mercado em potencial, já que ainda apresentam certo crescimento econômico. O Brasil, que tem mantido uma taxa de câmbio apreciada, poderá continuar a perder espaço na venda de suas exportações para os países em desenvolvimento. A China, em especial, além de manter menores custos de produção decorrentes de escala e aproveitar o baixo custo de mão-de-obra e os incentivos governamentais de várias naturezas, tem adotado uma estratégia de sustentação do câmbio depreciado. Torna-se, portanto, essencial repensar os estímulos às exportações brasileiras e o comprometimento com a integração regional, no sentido de reverter o processo de aumento de concentração em produtos primários e de reduzir a exposição à variação dos preços internacionais das *commodities*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)/Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT)/Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). **Boletim de Conjuntura Industrial**. Março de 2012.

Fundação Centro de Estudos para o Comércio Exterior (FUNCEX). **Boletim de Comércio Exterior**. Vários números.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF)**.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Sistema de Contas Nacionais**. Contas Trimestrais.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). Estatísticas de Comércio Exterior**. Vários anos.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Brasil Maior. Inovar para competir. Competir para crescer. Plano 2011/2014. Plano de Inovação do Brasil (PIB)**. Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br>>. Acesso em: 18-06-2012.

Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**.

